


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, . - Centro

CEP: 13560-140 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3374-1255 - E-mail: saocarlos2cr@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0010479-86.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Ordem Tributária**
 Réu: **Eliezer Dellalibera**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

Vistos.

ELIEZER DELLALIBERA foi denunciado como incurso no artigo 1º da Lei nº 8.137/90. A denúncia foi recebida em 11/07/2012. O réu foi citado pessoalmente e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Foi realizada audiência, em que foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou o decreto absolutório.

É o relatório.

DECIDO.

Por ocasião de seu interrogatório judicial, o acusado admitiu ter praticado o fato narrado na denúncia.

E maior valor tem a confissão no presente caso, porque se harmoniza com os demais elementos de convicção carreados aos autos sob o crivo do contraditório, atendendo, assim, à exigência contida no artigo 197 do Código de Processo Penal: “Artigo 197 - O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância”.

O acusado alega, em seu interrogatório, que agiu tipicamente, para fazer um “favor” a uma vendedora.

A justificativa do acusado não restou comprovada, ônus que lhe cabia *ex vi* do disposto no artigo 156 do CPP.

Bem provado o uso de nota fiscal inidônea, ausente quaisquer causas de exclusão

0010479-86.2012.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, . - Centro

CEP: 13560-140 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3374-1255 - E-mail: saocarlos2cr@tjsp.jus.br

da ilicitude ou culpabilidade.

Procede a acusação.

Passo a fixar a pena.

Fixo a pena base no mínimo legal, de 02 anos de reclusão e 10 dias-multa.

O acusado iniciará o cumprimento da pena em regime aberto.

Com base nos artigos 43 e 44 do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por 02 anos de prestação de serviços à comunidade e 10 dias-multa.

Para o caso de conversão das penas restritivas de direitos em pena privativa de liberdade, defiro o sursis, pelo prazo de 02 anos.

Estabeleço o valor do dia-multa no mínimo legal.

Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido contido na denúncia e condenando-se o réu ELIEZER DELLALIBERA à pena de 02 anos de prestação de serviços à comunidade e 20 dias-multa, por infração ao artigo 1º da Lei nº 8.137/90.

P.R.I.C.

São Carlos, 25 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA